

RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DIGITAL INCLUSIVA NOS PALOP: CONTRIBUTOS A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO EM MOÇAMBIQUE

Florêncio Faustino

Universidade Católica de Moçambique

Lino Marques Samuel

Universidade Católica de Moçambique

Aliança Lusófona para a Investigação, Educação e Cooperação Digital (ALICE)

Bruno F. Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança

Aliança Lusófona para a Investigação, Educação e Cooperação Digital (ALICE)

RESUMO

O presente estudo analisa boas práticas e propõe recomendações para o fortalecimento da educação digital inclusiva no ensino superior nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com base nas percepções de docentes da Universidade Católica de Moçambique. Assumindo uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, a investigação envolveu 51 docentes de diferentes áreas científicas e níveis de ensino, incidindo sobre fatores considerados essenciais para o sucesso da integração de tecnologias digitais, práticas suscetíveis de replicação noutras instituições e disponibilidade para partilha interinstitucional de experiências. Os dados foram recolhidos em formato digital e analisados através de estatística descritiva e análise de conteúdo temática das observações abertas. Os resultados evidenciam a centralidade da formação docente contínua, da existência de infraestruturas tecnológicas adequadas e do reforço do apoio técnico e institucional como pilares da transformação digital no ensino superior. Destacam-se ainda como boas práticas a utilização regular de plataformas de ensino e aprendizagem online, a criação de materiais didáticos digitais próprios, a promoção de dinâmicas de aprendizagem entre pares e o recurso a estratégias de acompanhamento remoto dos estudantes. O estudo conclui que o fortalecimento da educação digital inclusiva nos PALOP exige uma articulação entre políticas institucionais, capacitação docente, condições tecnológicas e cultura de colaboração académica, apresentando recomendações orientadas para contextos institucionais com desafios semelhantes.

Palavras-chave: Educação Digital Inclusiva; Ensino Superior; Palop; Boas Práticas; Tecnologias Digitais; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A crescente digitalização do ensino superior tem vindo a transformar profundamente os processos de ensino e aprendizagem, introduzindo novas possibilidades pedagógicas, mas também expondo desigualdades estruturais existentes nos sistemas educativos. Neste contexto, a integração de tecnologias digitais assume-se como um fator determinante para a inovação pedagógica e para a ampliação do acesso ao conhecimento. Contudo, em contextos marcados por limitações infraestruturais e assimetrias socioeconómicas, como é o caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), esta transformação ocorre de forma desigual, levantando desafios significativos ao nível da equidade e da inclusão.

Nos PALOP, a educação digital desenvolve-se num cenário caracterizado por estrangimentos ao nível da conectividade, acesso a dispositivos, formação digital dos docentes e definição de políticas institucionais consistentes. Estas limitações tendem a acentuar o fosso digital, comprometendo não apenas o acesso ao ensino superior, mas também a permanência e o sucesso académico dos estudantes. Assim, embora as tecnologias digitais apresentem um elevado potencial para democratizar a educação, a sua implementação, quando não acompanhada por estratégias inclusivas, pode reforçar desigualdades já existentes.

Paralelamente, têm emergido práticas pedagógicas inovadoras mediadas por tecnologia, bem como iniciativas institucionais orientadas para a inclusão digital, evidenciando que é possível construir modelos educativos mais flexíveis, acessíveis e centrados no estudante. No entanto, verifica-se ainda uma lacuna na literatura no que diz respeito à sistematização de boas práticas e à formulação de recomendações contextualizadas para os PALOP, particularmente com base em evidência empírica proveniente dos próprios docentes.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo identificar boas práticas e desenvolver recomendações para o fortalecimento da educação digital inclusiva no ensino superior nos PALOP, com base nas perceções de docentes do ensino superior moçambicano. Pretende-se, assim, contribuir para a produção de conhecimento aplicado que apoie instituições e decisores na definição de estratégias mais eficazes, sustentáveis e adaptadas às especificidades destes contextos.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: numa primeira parte, apresenta-se o enquadramento teórico relativo à educação digital inclusiva e aos seus fundamentos; de seguida, descreve-se a metodologia adotada; posteriormente, são apresentados e analisados os resultados obtidos; e, por fim, discutem-se as principais recomendações e implicações para o ensino superior nos PALOP.

ESTADO DA ARTE

Contextualização da Educação Digital Inclusiva nos PALOP

A contextualização da educação digital inclusiva nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) evidencia um cenário marcado por desafios históricos e atuais. Historicamente, esses países enfrentam limitações estruturais e socioeconómicas, com restrições na infraestrutura tecnológica, na conectividade e na capacitação de docentes e discentes para o uso de recursos digitais (Taula & Gonçalves, 2024). Atualmente, ainda persistem desafios relacionados com a desigualdade digital, que se refletem na exclusão de estudantes de áreas rurais e de populações em situação de vulnerabilidade social, comprometendo a democratização do acesso à educação de qualidade. Assim, a superação dessas barreiras exige políticas públicas robustas e investimentos consistentes em infraestrutura e inclusão digital.

Nesse contexto, as tecnologias digitais desempenham papel estratégico na promoção da inclusão educacional, ao possibilitarem novas formas de acesso, participação e permanência no ensino superior. Ferramentas como plataformas virtuais de aprendizagem (LMS), recursos de aprendizagem móvel, realidade aumentada e bibliotecas digitais contribuem para a redução de desigualdades, possibilitando que estudantes antes marginalizados alcancem os conteúdos e atividades académicas (Parveen & Ramzan, 2024). Além disso, a utilização de recursos digitais favorece metodologias activas e aprendizagem colaborativa, tornando o processo de ensino mais flexível, interativo e centrado no estudante, fatores essenciais para a construção de uma educação inclusiva.

Ao final, para que a educação digital inclusiva seja efetiva nos PALOP, é necessário integrar inovação tecnológica, políticas institucionais e formação

docente contínua. Conforme Amisse e Aleixo (2025) e Gkrimpizi, Peristeras e Magnisalis (2023), a consolidação de ambientes educacionais digitais inclusivos depende da articulação entre investimento em infraestrutura, capacitação de professores e estratégias pedagógicas adaptadas às realidades locais. Dessa forma, a educação digital pode se tornar um instrumento de transformação social e acadêmica, fortalecendo a equidade e a qualidade do ensino superior na África lusófona.

Fundamentos e Princípios da Educação Digital Inclusiva

A compreensão dos fundamentos da educação digital inclusiva passa pelo alinhamento entre os conceitos de inclusão digital e educação inclusiva, ambos voltados à promoção do acesso equitativo ao conhecimento. A inclusão digital refere-se à disponibilização de infraestrutura tecnológica, conectividade e oportunidades de desenvolvimento de competências digitais que permitam a participação plena de todos na sociedade do conhecimento (UNESCO, 2021). Por sua vez, a educação inclusiva busca eliminar barreiras físicas, cognitivas e sociais à aprendizagem, promovendo a diversidade e a equidade educacional. Nesse contexto, a convergência entre inclusão digital e educação inclusiva possibilita transformar os ambientes educacionais, tornando-os mais acessíveis, interativos e democráticos (Taula & Gonçalves, 2024).

Além disso, as abordagens pedagógicas universais e o uso de Recursos Educacionais Abertos (REA) constituem pilares fundamentais para a educação digital inclusiva. As metodologias baseadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) promovem a flexibilidade dos conteúdos, das estratégias e das formas de avaliação, contemplando diferentes perfis e estilos de aprendizagem (CAST, 2018). Os REA, por sua vez, favorecem a democratização do conhecimento, pois permitem o acesso gratuito, a adaptação e o compartilhamento de materiais educacionais em diferentes contextos, especialmente em países com limitações econômicas (Amiel & Soares, 2021). Assim, a combinação de abordagens universais e REA fortalece a inclusão ao ampliar oportunidades de participação para estudantes com distintas necessidades e condições socioeconômicas.

No mesmo sentido, o desenvolvimento de competências digitais docentes e éticas é um elemento central para a efetivação da educação digital inclusiva. Segundo Redecker e Punie (2017), professores precisam dominar não apenas o uso técnico das tecnologias, mas também compreender como integrá-las de forma pedagógica, crítica e segura em seus contextos educativos. Ademais, princípios éticos, como o respeito à privacidade, à segurança digital e à acessibilidade, devem orientar a mediação tecnológica, evitando que a digitalização produza novas formas de exclusão (Parveen & Ramzan, 2024). Dessa forma, a capacitação contínua e o compromisso ético docente tornam-se determinantes para a qualidade das experiências educacionais inclusivas.

De modo geral, os fundamentos e princípios da educação digital inclusiva requerem uma abordagem sistêmica que integre políticas públicas, formação docente, inovação pedagógica e infraestrutura tecnológica. Para que a inclusão digital se concretize, é necessário investir em ambientes virtuais acessíveis, recursos educacionais abertos e programas de capacitação contínua que incentivem o uso ético e crítico das tecnologias. Somente assim, será possível transformar os recursos digitais em instrumentos de equidade social e de promoção de uma educação superior mais justa, democrática e inovadora (Amisse & Aleixo, 2025; Gkrimpizi, Peristeras & Magnisalis, 2023).

Experiências e Boas Práticas Docentes em Moçambique

As experiências e boas práticas docentes em Moçambique têm demonstrado avanços significativos na integração de práticas pedagógicas inovadoras mediadas por tecnologias digitais. Diversas universidades, como a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade Lúrio, têm adotado plataformas de gestão de aprendizagem (LMS), recursos multimídia e metodologias ativas, como sala de aula invertida e aprendizagem baseada em projetos, para potencializar o engajamento dos estudantes (Taula & Gonçalves, 2024). Essas iniciativas promovem a interatividade, favorecem a aprendizagem colaborativa e permitem maior flexibilidade no acesso aos conteúdos, alinhando-se às tendências globais de inovação pedagógica no ensino superior.

Além disso, soluções criativas têm sido implementadas para mitigar desafios relacionados ao acesso, à infraestrutura e à participação estudantil. Algumas

instituições investiram em laboratórios de informática, políticas de empréstimo de equipamentos e parcerias com operadoras de telecomunicação para melhorar a conectividade e reduzir a exclusão digital (Amisse & Aleixo, 2025). Ademais, o uso de materiais didáticos offline, como pendrives e módulos digitais distribuídos em zonas rurais, tem garantido que estudantes com restrições de internet possam participar das atividades acadêmicas. Tais práticas demonstram a importância de estratégias adaptativas para assegurar a continuidade dos estudos em contextos com desigualdades tecnológicas.

O papel da alfabetização digital nesse cenário é determinante para o desempenho e engajamento dos estudantes. Conforme Parveen e Ramzan (2024), a aquisição de competências digitais permite que os discentes utilizem as plataformas de forma autônoma, participem de atividades colaborativas e desenvolvam habilidades críticas essenciais à aprendizagem contemporânea. Assim, a alfabetização digital atua como vector de inclusão educacional, reduzindo barreiras ao uso das tecnologias e potencializando a eficácia das metodologias inovadoras aplicadas pelos docentes em Moçambique.

De maneira concisa, as experiências e boas práticas docentes em Moçambique demonstram que a inovação pedagógica digital pode ser efetiva quando articulada a estratégias de acesso inclusivas e ao fortalecimento da alfabetização digital. No entanto, a sustentabilidade dessas práticas depende de investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e políticas institucionais robustas, capazes de consolidar uma cultura de inovação e equidade no ensino superior (Gkrimpizi, Peristeras & Magnisalis, 2023; Amisse & Aleixo, 2025). Dessa forma, o país avança na construção de um ecossistema educacional digital mais inclusivo, alinhado às exigências da sociedade do conhecimento.

Elementos Replicáveis e Estratégias para Instituições dos PALOP

A análise comparada das práticas bem-sucedidas nos PALOP evidencia que a adoção de estratégias digitais inclusivas tem produzido impactos positivos no ensino superior. Experiências de universidades em Moçambique, Angola e Cabo Verde mostram avanços significativos com o uso de plataformas virtuais de aprendizagem (LMS), metodologias híbridas e programas de capacitação docente voltados à inovação pedagógica (Taula & Gonçalves, 2024). De modo

geral, essas iniciativas apresentam resultados expressivos na redução de barreiras de acesso e no engajamento estudantil, tornando-se elementos replicáveis para outras instituições da região que buscam fortalecer a educação digital inclusiva.

Além disso, a colaboração interinstitucional e o desenvolvimento de políticas integradas desempenham papel essencial para o sucesso e a replicação dessas práticas. Parcerias entre universidades, órgãos governamentais e organizações internacionais têm viabilizado projetos conjuntos de capacitação, compartilhamento de recursos digitais e padronização de diretrizes para o ensino online (Amisse & Aleixo, 2025). Nesse sentido, os mecanismos colaborativos permitem otimizar investimentos, evitar duplicação de esforços e criar redes de conhecimento que potencializam os resultados das iniciativas digitais inclusivas.

No que se refere à sustentabilidade e escalabilidade das práticas inclusivas, o grande desafio está em garantir que projetos-piloto bem-sucedidos se transformem em políticas permanentes e expansíveis. Gkrimpizi, Peristeras e Magnisalis (2023) destacam que a escalabilidade depende de planejamento estratégico, financiamento contínuo e formação docente estruturada, de modo a assegurar a longevidade e o impacto institucional dessas experiências. Ademais, é crucial integrar avaliações periódicas de impacto para ajustar metodologias e fortalecer a resiliência das práticas digitais em contextos socioeconômicos desafiadores.

Em suma, os elementos replicáveis e estratégias para instituições dos PALOP incluem a adoção de tecnologias digitais acessíveis, o desenvolvimento de programas colaborativos e o fortalecimento de políticas sustentáveis e escaláveis. Dessa forma, a disseminação de boas práticas entre universidades lusófonas africanas pode reduzir desigualdades, melhorar a qualidade do ensino superior e consolidar a transformação digital inclusiva como vector de inovação acadêmica e desenvolvimento social (Parveen & Ramzan, 2024; Amisse & Aleixo, 2025).

Diretrizes para Políticas e Formação Docente Voltadas à Inclusão Digital

As políticas públicas e planos estratégicos para a inclusão digital representam o primeiro passo para a consolidação de sistemas educacionais mais equitativos e adaptados à era digital. Em diversos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), políticas nacionais de transformação digital têm

buscado integrar a inclusão digital aos objetivos do ensino superior, alinhando-se a estratégias globais como a Agenda 2030 da UNESCO e a Estratégia de Transformação Digital da União Africana 2020–2030 (UNESCO, 2021). Assim, planos estratégicos nacionais e institucionais visam superar desigualdades históricas, ampliando o acesso à tecnologia e promovendo práticas pedagógicas inovadoras que favoreçam a democratização do conhecimento (Taula & Gonçalves, 2024).

Nesse contexto, a formação inicial e continuada de professores é essencial para que a inclusão digital se efetive de maneira sustentável. Programas de capacitação devem ir além do domínio técnico das ferramentas, abrangendo competências pedagógicas e digitais que possibilitem integração criativa e crítica das tecnologias nas práticas de ensino (Parveen & Ramzan, 2024). Além disso, a formação continuada contribui para a mudança de paradigma educacional, preparando docentes para lidar com metodologias ativas, ensino híbrido e gestão de ambientes virtuais, promovendo maior engajamento estudantil e equidade educacional (Amisse & Aleixo, 2025).

Outro aspecto fundamental refere-se às diretrizes para construção de ambientes de aprendizagem inclusivos e éticos, que devem ser baseadas em princípios de acessibilidade, segurança e respeito à diversidade. Conforme Gkrimpizi, Peristeras e Magnisalis (2023), ambientes digitais eficazes precisam garantir privacidade de dados, usabilidade para diferentes perfis de estudantes e oportunidades equitativas de participação. Desse modo, o fortalecimento de ambientes educacionais éticos e acessíveis contribui para que a inclusão digital não se restrinja ao acesso tecnológico, mas promova também uma participação significativa e justa no processo de aprendizagem.

Em derradeiro lugar, a participação da sociedade civil e do sector privado é crucial para ampliar o alcance e a sustentabilidade das políticas de inclusão digital. Parcerias público-privadas têm viabilizado projetos de conectividade em regiões remotas, programas de doação de equipamentos e iniciativas de alfabetização digital comunitária, essenciais para reduzir o fosso digital (Ansari, Waris & Zara, 2024). Em síntese, políticas integradas, formação docente consistente e colaboração multissetorial são elementos-chave para transformar a inclusão digital em instrumento de equidade, inovação pedagógica e desenvolvimento social sustentável.

Recomendações Sistematizadas para o Fortalecimento da Educação Digital Inclusiva

O fortalecimento da educação digital inclusiva no ensino superior requer, em primeiro lugar, a definição de pontos de partida claros para o fortalecimento institucional e adaptação de políticas educacionais. Instituições de ensino superior precisam alinhar seus planos estratégicos a políticas públicas nacionais e a recomendações internacionais, considerando as especificidades socioeconômicas e tecnológicas de cada contexto (UNESCO, 2021). Conforme Taula e Gonçalves (2024), a adoção de políticas institucionais robustas, combinada com investimentos em infraestrutura e capacitação docente, constitui a base para uma transformação digital sustentável e equitativa. Assim, o fortalecimento institucional deve ser o alicerce para a criação de ambientes educacionais inclusivos e inovadores.

Além disso, recomenda-se o incentivo ao uso de tecnologias universais e de Recursos Educacionais Abertos (REA) como estratégia de democratização do acesso e da aprendizagem. O uso de plataformas digitais acessíveis, associado à produção e compartilhamento de REA, favorece a redução de barreiras econômicas e promove a adaptação dos conteúdos às necessidades locais (Parveen & Ramzan, 2024). Nesse sentido, tecnologias universais e conteúdos abertos possibilitam maior autonomia aos docentes e estudantes, ao mesmo tempo em que estimulam a colaboração entre instituições e reforçam o caráter inclusivo da educação digital, especialmente em regiões com infraestrutura limitada.

Outro aspecto essencial para o fortalecimento da educação digital inclusiva é o monitoramento, a avaliação e a inovação contínua das práticas pedagógicas. Gkrimpizi, Peristeras e Magnisalis (2023) destacam que processos sistemáticos de acompanhamento permitem identificar lacunas, corrigir desigualdades e atualizar metodologias, garantindo que as políticas e práticas inclusivas permaneçam eficazes e sustentáveis. Ademais, a incorporação de avaliações formativas e diagnósticos institucionais favorece o aperfeiçoamento constante das estratégias digitais, possibilitando que inovações pedagógicas sejam ajustadas conforme a evolução tecnológica e as demandas da comunidade acadêmica.

Em linhas gerais, o fortalecimento da educação digital inclusiva exige uma abordagem articulada entre políticas institucionais adaptadas, uso de tecnologias

acessíveis e recursos abertos e monitoramento contínuo com foco na inovação. Conforme Amisse e Aleixo (2025) e Ansari, Waris e Zara (2024), apenas por meio dessa integração sistêmica será possível garantir equidade, qualidade e sustentabilidade na transformação digital do ensino superior. Portanto, recomenda-se que universidades e governos adotem estratégias de longo prazo, baseadas em cooperação interinstitucional e em compromisso com a inclusão social e tecnológica, consolidando a educação digital como vector de desenvolvimento acadêmico e social.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, com o objetivo de identificar boas práticas e formular recomendações para o fortalecimento da educação digital inclusiva no ensino superior nos PALOP. Esta opção metodológica justifica-se pela necessidade de recolher dados empíricos que permitam compreender os fatores considerados essenciais para o sucesso da integração de tecnologias digitais, bem como identificar práticas suscetíveis de replicação em contextos institucionais semelhantes.

A investigação foi desenvolvida com docentes da Universidade Católica de Moçambique, envolvendo uma amostra de 51 participantes, selecionados com base em critérios de acessibilidade e voluntariedade. Os participantes pertencem a diferentes áreas científicas e lecionam em distintos níveis de ensino superior, o que permitiu recolher perspectivas diversificadas sobre experiências, prioridades e possibilidades de transferência de práticas no domínio da educação digital.

Para a recolha de dados, foram considerados os itens relativos a boas práticas e recomendações para os PALOP, incidindo sobre três aspetos centrais: (i) os fatores considerados essenciais para o sucesso da integração de tecnologias digitais no ensino superior; (ii) as práticas que os docentes reconhecem como passíveis de replicação em outras instituições dos PALOP; e (iii) a disponibilidade para partilhar experiências com colegas de outras instituições. Complementarmente, foram ainda analisadas as observações textuais facultadas pelos participantes, permitindo aprofundar a compreensão das suas perceções e sugestões.

A recolha de dados decorreu em formato digital, durante o ano letivo de 2025, após autorização institucional. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, o caráter voluntário da participação e a utilização exclusivamente científica dos dados recolhidos.

Os dados quantitativos foram analisados com recurso a estatística descritiva, nomeadamente frequências e percentagens, permitindo identificar tendências nas respostas dos docentes. As observações abertas foram analisadas através de análise de conteúdo temática, com vista à identificação de ideias recorrentes, contributos relevantes e dimensões emergentes relacionadas com a promoção da educação digital inclusiva. A interpretação integrada destes dados permitiu sustentar a sistematização de boas práticas e a formulação de recomendações orientadas para o contexto do ensino superior nos PALOP.

No plano ético, foram assegurados o consentimento informado, o anonimato e a confidencialidade das respostas. Não foram recolhidos dados que permitissem a identificação individual dos participantes, tendo sido respeitados os princípios éticos aplicáveis à investigação em educação e ciências sociais.

RESULTADOS

Fatores considerados essenciais para o sucesso da integração de tecnologias digitais no ensino superior nos PALOP

Os resultados evidenciam que os docentes atribuem maior relevância à formação docente contínua (82,4%) e à infraestrutura tecnológica adequada (76,5%) como condições essenciais para o sucesso da integração de tecnologias digitais no ensino superior nos PALOP. Estes dados sugerem que, na perceção dos participantes, a transformação digital no ensino superior depende, em primeiro lugar, da articulação entre capacitação profissional e condições materiais de suporte.

Esta tendência encontra respaldo na literatura, que tem sublinhado a centralidade da formação contínua dos docentes para uma integração pedagógica consistente das tecnologias digitais. Redecker e Punie (2017) defendem que o desenvolvimento das competências digitais docentes não se limita ao domínio técnico, exigindo também capacidades pedagógicas e reflexivas que

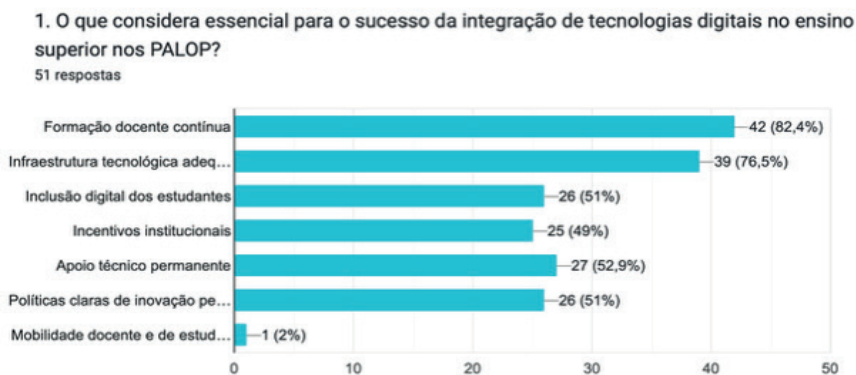
permitam uma utilização crítica e intencional das tecnologias em contexto educativo. No mesmo sentido, Amisse e Aleixo (2025) destacam que a consolidação de ambientes digitais inclusivos depende fortemente de investimento continuado na formação dos professores.

A forte valorização da infraestrutura tecnológica adequada confirma igualmente o que tem sido referido por Taula e Gonçalves (2024), ao evidenciarem que os contextos dos PALOP continuam marcados por constrangimentos de conectividade, acesso a equipamentos e fragilidades tecnológicas institucionais. Assim, os resultados reforçam a ideia de que a inovação pedagógica digital só pode ser sustentada quando assente em condições mínimas de funcionamento tecnológico.

Além destes dois fatores centrais, os docentes destacam ainda o apoio técnico permanente (52,9%), a inclusão digital dos estudantes (51%) e a existência de políticas claras de inovação pedagógica (51%). Estes resultados revelam que a integração das tecnologias digitais não é percebida como um processo isolado nem exclusivamente dependente da iniciativa individual do docente, mas antes como uma dinâmica institucional e sistémica. Esta leitura converge com Gkrimpizi, Peristeras e Magnisalis (2023), para quem a sustentabilidade da educação digital inclusiva exige uma articulação entre políticas, suporte técnico, formação e mecanismos de acompanhamento institucional.

Por sua vez, os incentivos institucionais foram referidos por 49% dos participantes, revelando uma importância moderada, enquanto a mobilidade docente e de estudantes obteve expressão residual (2%). Este resultado sugere que, no contexto analisado, os docentes tendem a valorizar mais os fatores diretamente ligados ao quotidiano pedagógico e às condições concretas de ensino do que medidas de internacionalização ou circulação académica.

Figura 1. Fatores considerados essenciais para o sucesso da integração de tecnologias digitais no ensino superior nos PALOP.



Fonte: Os autores.

Em síntese, os resultados evidenciam que a integração eficaz das tecnologias digitais no ensino superior nos PALOP assenta numa lógica sistémica, em que formação docente e infraestrutura tecnológica constituem os pilares centrais, complementados por suporte institucional e políticas orientadoras.

Boas práticas docentes suscetíveis de replicação em outras instituições dos PALOP

No que respeita às práticas consideradas replicáveis, destaca-se o uso regular de plataformas de ensino/aprendizagem online (74,5%), seguido da criação de materiais didáticos digitais próprios (66,7%). Estes resultados demonstram que os docentes reconhecem como transferíveis práticas diretamente associadas à organização do ensino e à mediação pedagógica digital.

A centralidade das plataformas digitais está em consonância com Parveen e Ramzan (2024), que destacam o papel dos ambientes virtuais na ampliação do acesso e na flexibilização dos processos de ensino-aprendizagem. De igual modo, Taula e Gonçalves (2024) referem que a adoção de LMS tem sido uma das principais estratégias de inovação pedagógica no ensino superior moçambicano.

A criação de materiais digitais próprios evidencia uma dimensão de autonomia pedagógica e adaptação contextual, aproximando-se das abordagens

associadas aos Recursos Educacionais Abertos (Amiel & Soares, 2021), que promovem a democratização do acesso ao conhecimento.

Outras práticas relevantes incluem a promoção de formações internas entre colegas (52,9%) e a realização de avaliações formativas com apoio digital (45,1%), revelando uma tendência para práticas colaborativas e estratégias de acompanhamento contínuo da aprendizagem. O acompanhamento remoto individualizado (33,3%) e o uso de ferramentas colaborativas (33,3%) reforçam a dimensão interativa e centrada no estudante.

Apesar disso, a integração de práticas inclusivas com suporte digital apresenta menor expressão (25,5%), sugerindo que a dimensão da inclusão ainda não está plenamente consolidada nas práticas docentes. Este dado reforça a necessidade de promover abordagens mais estruturadas, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2018) e as orientações da UNESCO (2021).

Figura 2. Boas práticas docentes com potencial de replicação em instituições de ensino superior dos PALOP.



Fonte: Os autores.

Em termos conclusivos, os resultados indicam que já existe um conjunto relevante de práticas pedagógicas digitais com potencial de replicação nos PALOP, sobretudo ao nível da utilização de plataformas e produção de conteúdos, embora a dimensão da inclusão ainda careça de maior integração e sistematização.

Disponibilidade para partilha interinstitucional de práticas

Os resultados mostram uma forte predisposição para a colaboração académica, com 72,5% dos docentes a indicarem disponibilidade para partilhar práticas com colegas de outras instituições, enquanto 25,5% manifestam abertura condicionada (“talvez”) e apenas uma percentagem residual indica indisponibilidade.

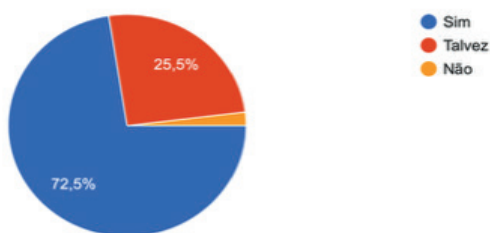
Este resultado é particularmente relevante no contexto dos PALOP, onde a colaboração interinstitucional pode desempenhar um papel estratégico na superação de limitações estruturais. A literatura tem destacado a importância das redes de cooperação e das comunidades de prática na disseminação de inovação pedagógica e na construção de soluções adaptadas a contextos específicos (Amisse & Aleixo, 2025).

Além disso, Gkrimpizi, Peristeras e Magnisalis (2023) sublinham que a sustentabilidade das iniciativas de educação digital depende da capacidade de partilha de conhecimento, da cooperação institucional e da criação de ecossistemas colaborativos.

Figura 3. Grau de disponibilidade dos docentes para partilha interinstitucional de práticas pedagógicas no contexto do ensino superior dos PALOP.

3. Está disposto(a) a partilhar suas práticas com colegas de outras instituições?

51 respostas



Fonte: Os autores.

Em síntese, a elevada disponibilidade para partilha constitui um indicador estratégico para o desenvolvimento de redes colaborativas no ensino superior dos PALOP, criando condições favoráveis à disseminação de boas práticas e à consolidação de uma cultura de inovação pedagógica digital.

Contributos qualitativos: percepções docentes sobre inclusão, inovação e colaboração

As respostas abertas dos participantes permitem aprofundar a interpretação dos resultados quantitativos, evidenciando três dimensões centrais: inclusão digital, inovação pedagógica e colaboração interinstitucional.

Em primeiro lugar, vários docentes destacam o papel das tecnologias digitais na promoção da inclusão, sublinhando que o acesso a recursos digitais permite ampliar oportunidades de aprendizagem e melhorar a qualidade do ensino, desde que existam investimentos institucionais adequados. Esta percepção reforça os resultados anteriormente apresentados, que apontam para a importância da infraestrutura tecnológica e da inclusão digital como fatores críticos para a transformação educativa.

Em segundo lugar, emerge a valorização do ensino híbrido e da integração das tecnologias como motor de inovação pedagógica, sendo referido que a educação digital desempenha um papel central na melhoria das práticas de ensino e na adaptação às novas exigências educativas. Esta evidência qualitativa está alinhada com as práticas identificadas, nomeadamente o uso de plataformas digitais e a produção de conteúdos educativos.

Por fim, os participantes salientam a importância da colaboração entre instituições de ensino superior, defendendo a necessidade de fortalecer redes de cooperação e intercâmbio académico nos PALOP. Esta dimensão reforça os dados relativos à elevada disponibilidade para partilha de práticas, evidenciando o potencial de desenvolvimento de comunidades interinstitucionais de aprendizagem.

Adicionalmente, surgem referências à relevância crescente da inteligência artificial no processo de ensino-aprendizagem, apontando para uma percepção emergente do seu potencial transformador no contexto educativo.

Em síntese, os contributos qualitativos corroboram os resultados quantitativos e reforçam a ideia de que a educação digital inclusiva nos PALOP deve assentar numa articulação entre acesso, inovação pedagógica e colaboração institucional, evidenciando também a emergência de novas tendências tecnológicas no campo educativo.

CONCLUSÕES

O presente estudo permitiu identificar fatores críticos, práticas pedagógicas relevantes e dinâmicas de colaboração que contribuem para o fortalecimento da educação digital inclusiva no ensino superior nos PALOP. Os resultados evidenciam que a integração eficaz das tecnologias digitais depende de uma abordagem sistêmica, que articule dimensões pedagógicas, tecnológicas e institucionais.

A formação docente contínua destaca-se como o principal fator para o sucesso da integração digital, evidenciando que a capacitação dos professores constitui um elemento estruturante para a inovação pedagógica. Paralelamente, a existência de infraestrutura tecnológica adequada assume-se como condição indispensável para garantir o acesso, a participação e a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, especialmente em contextos marcados por desigualdades digitais.

No plano das práticas pedagógicas, verifica-se a existência de um conjunto consistente de experiências com potencial de replicação, com destaque para o uso regular de plataformas digitais, a produção de materiais didáticos próprios e a adoção de estratégias colaborativas entre docentes. Estas práticas demonstram uma progressiva integração das tecnologias no cotidiano pedagógico, contribuindo para a flexibilização do ensino e para o reforço do envolvimento dos estudantes. No entanto, a dimensão da inclusão digital, embora presente, ainda revela margem de desenvolvimento, apontando para a necessidade de uma integração mais intencional e estruturada de práticas inclusivas.

Os contributos qualitativos reforçam esta leitura, evidenciando a percepção dos docentes quanto ao papel das tecnologias na promoção da inclusão, na melhoria da qualidade do ensino e na inovação pedagógica, nomeadamente através de modelos híbridos. Adicionalmente, destaca-se a valorização da colaboração entre instituições de ensino superior, bem como a emergência de novas tendências tecnológicas, como a inteligência artificial, enquanto potencial vetor de transformação do processo de ensino-aprendizagem.

A elevada disponibilidade dos docentes para partilhar práticas pedagógicas constitui um indicador estratégico para o desenvolvimento de redes

colaborativas no espaço dos PALOP. Esta predisposição abre caminho à criação de comunidades de prática, à disseminação de experiências bem-sucedidas e à construção de soluções educativas mais ajustadas às especificidades dos contextos africanos de língua portuguesa.

Em termos globais, os resultados sugerem que o fortalecimento da educação digital inclusiva nos PALOP exige uma intervenção integrada, sustentada em políticas institucionais claras, investimento em formação docente, melhoria das condições tecnológicas e promoção de uma cultura de colaboração académica. Neste quadro, a educação digital pode assumir-se como um instrumento relevante de equidade, inovação pedagógica e desenvolvimento académico, desde que orientada por estratégias consistentes e adaptadas às realidades locais.

REFERÊNCIAS

- AMIEL, T.; SOARES, T. C. Recursos educacionais abertos e práticas pedagógicas inclusivas: potencialidades e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, e022431, 2021. DOI: 10.1590/ES.2318-7704202122431.
- AMISSE ALEIXO, F. V. F.; MASTADE ALEIXO, B. M. Desafios da educação superior em Moçambique na construção da identidade para a promoção do desenvolvimento do capital humano. **Revista Educação em Páginas**, v. 4, n. 4, e17145, 2025. DOI: 10.22481/redupa.v4i04.17145.
- ANSARI, M.; WARIS, S.; ZARA, C. Barreiras à adoção de tecnologias educacionais: navegando pelos desafios da integração no ensino superior. **Qlantic Journal of Social Sciences**, v. 5, n. 3, p. 240-247, 2024. DOI: 10.55737/qjss.123732538.
- CAST. **Diretrizes de Design Universal para a Aprendizagem: versão 2.2**. Wakefield, MA: CAST, 2018. Disponível em: <http://udlguidelines.cast.org>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.
- GKRIMPIZI, T.; PERISTERAS, V.; MAGNISALIS, I. Classification of barriers to digital transformation in higher education institutions: systematic literature review. **Education Sciences**, v. 13, n. 7, p. 746, 2023. DOI: 10.3390/educsci13070746.
- PARVEEN, S.; RAMZAN, S. I. O papel das tecnologias digitais na educação: benefícios e desafios. **International Research Journal on Advanced Engineering and Management**, v. 2, n. 6, p. 2029-2037, 2024. DOI: 10.47392/IRJAEM.2024.0299.
- REDECKER, C.; PUNIE, Y. **European framework for the digital competence of educators: DigCompEdu (JRC107466)**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017. DOI: 10.2760/159770.

TAULA, R. P.; GONÇALVES, B. F. O ensino superior em Moçambique: desafios do ensino à distância no contexto actual. **Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2024. DOI: 10.70634/reid.v15i1.371.

UNESCO. **Reimaginando nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707> . Acesso em: dia mês abreviado. ano.